

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>			
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	820.004,17	744.381,97	847.447,73	828.008,19	873.630,31	1.093.321,37	831.321,90	843.044,14	876.195,60	837.472,89	1.276.628,00	1.155.082,68	11.026.538,95	9.753,52	
Pessoal Ativo	820.004,17	730.669,98	830.867,98	815.532,81	863.772,31	1.083.671,27	819.580,33	828.477,29	865.666,28	826.223,64	1.267.308,14	1.145.836,20	10.897.610,40	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	680.491,49	600.568,83	677.722,71	685.842,81	724.689,18	948.698,97	679.405,50	688.557,75	723.366,95	679.636,30	986.889,55	1.012.584,69	9.088.454,73		
Obrigações Patronais	139.512,68	130.101,15	153.145,27	129.690,00	139.083,13	134.972,30	140.174,83	139.919,54	142.299,33	146.587,34	280.418,59	133.251,51	1.809.155,67		
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	13.711,99	16.579,75	12.475,38	9.858,00	9.650,10	11.741,57	14.566,85	10.529,32	11.249,25	9.319,86	9.246,48	128.928,55	9.753,52	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	31.042,51	13.302,94	16.042,60	6.700,58	7.266,98	4.218,00	3.467,49	9.539,43	5.045,13	2.603,36	1.141,55	26.417,54	126.788,11	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	31.042,51	13.302,94	16.042,60	6.700,58	7.266,98	4.218,00	3.467,49	9.539,43	5.045,13	2.603,36	1.141,55	26.417,54	126.788,11		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	788.961,66	731.079,03	831.405,13	821.307,61	866.363,33	1.089.103,37	827.854,41	833.504,71	871.150,47	834.869,53	1.275.486,45	1.128.665,14	10.899.750,84	9.753,52	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	22.615.915,35	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	100.000,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.515.915,35	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	10.909.504,36	48,45
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.158.594,29	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.550.664,58	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.942.734,86	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	<p>1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis – SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2018, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.547 de 14 de novembro de 2017 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2018", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 20.210.000,00 (vinte milhões e duzentos e dez mil reais).</p> <p>3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos: a) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48); b) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80); c) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77); d) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72); e) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31); f) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54); g) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08); h) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73); i) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03); j) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e k) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).</p> <p>4. Não são apresentados dados desse demonstrativo do órgão: a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);</p> <p>5. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>6. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/.</p> <p>7. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".</p> <p>8. O Município não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.</p> <p>9. Durante os três primeiros meses do exercício ocorreram diversas rescisões contratuais, especialmente nas Secretarias de Saúde e de Educação, Cultura e Esportes, ocasionando um aumento significativo de despesas de indenizações por demissão.</p> <p>10. É inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 9.753,52 proveniente de saldo de empenhos estimativos do Convênio nº 2017/TN911 que tem por finalidade proporcionar oportunidade de trabalho e ressocialização para os reeducandos do regime semiaberto (trabalho externo) do Presídio Regional de Joaçaba, sendo que o valor exato a ser pago só conhecido após o encerramento do exercício, conforme o número de dias trabalhados pelo reeducandos.</p> <p>11. Para a Receita Corrente Líquida, informamos que durante o exercício de 2018, o Município registrou a arrecadação R\$ 621.647,13, a título de Restituição de despesas de exercícios anteriores, proveniente de compensação de tributos pagos ao INSS, indevidamente calculados durante os exercícios de 2013 a 2018 em função da utilização do RAT (Risco Ambiental do Trabalho), tal receita que integra a Receita Corrente Líquida possui caráter temporário e não mais ocorrerá em outros exercícios.</p> <p>12. Devido ao aumento da Receita Corrente Líquida, o Município considera cautelarmente o percentual de 49,83% para sua despesa de pessoal do Poder Executivo.</p>

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)				
DESPEAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
DESPEZA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)				

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL CISAM - MO

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)				
DESPEAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
DESPEZA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)				

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ: 01613428000172****Exercício: 2018****Período de referência: 3º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	280.000,00	239.266,37
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	280.000,00	239.266,37
Empréstimos	0,00	0,00	280.000,00	239.266,37
Internos			280.000,00	239.266,37
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.302.490,80	2.426.371,32	2.795.517,50	2.142.367,60
Disponibilidade de Caixa	1.300.673,83	2.424.965,99	2.794.385,49	2.141.728,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.410.835,85	2.812.568,31	3.098.831,11	2.235.826,80
(-) Restos a Pagar Processados	110.162,02	387.602,32	304.445,62	94.098,62
Demais Haveres Financeiros	1.816,97	1.405,33	1.132,01	639,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.302.490,80	-2.426.371,32	-2.515.517,50	-1.903.101,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.686.371,25	20.457.125,07	21.464.596,32	22.615.915,35
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	1,30	1,06
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-6,62	-11,86	-11,72	-8,41
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	23.623.645,50	24.548.550,08	25.757.515,58	27.139.098,42
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	21.261.280,95	22.093.695,08	23.181.764,03	24.425.188,58
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	356.925,44	412.283,66	412.283,66	164.315,60
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	0,00	59.867,54	58.996,03	0,00
RP Não-Processados	260.606,11	3.599.000,55	2.797.536,05	672.141,20
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	<p>1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis – SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2018, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.547 de 14 de novembro de 2017 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2018", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 20.210.000,00 (vinte milhões e duzentos e dez mil reais).</p> <p>3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos: a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47); b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48); c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80); d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77); e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72); f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31); g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54); h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08); i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73); j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03); k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).</p> <p>4. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>5. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/.</p> <p>6. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".</p> <p>7. Houve apenas uma operação de crédito efetiva registrada sob o nº 2018 000301 com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, no valor de R\$ 280.000,00. Sendo a única dívida consolidada do Município.</p> <p>8. Houve ainda a celebração de um contrato registrado sob o nº 0418-349-0000001 com a Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$ 226.269,00. Contudo a operação de crédito não foi efetivada em 2018.</p> <p>9. O Município considera como demais haveres financeiros, apenas o valor de R\$ 639,42 proveniente de financiamentos concedidos a receber.</p> <p>10. Durante o exercício os empenhos não pagos são considerados como restos a pagar.</p>

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valores Percentuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2018

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios

Item	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total	

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	19.686.371,25	20.457.125,07	21.464.596,32	22.615.915,35
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	4.331.001,68	4.500.567,52	4.722.211,19	4.975.501,38
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	3.897.901,51	4.050.510,77	4.249.990,07	4.477.951,24
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	1. O Município não concedeu ou recebeu garantias.

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	280.000,00	280.000,00
Interna	280.000,00	280.000,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	280.000,00	280.000,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	280.000,00	280.000,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	22.615.915,35	
Operações Vedadas (V)	0,00	0,00
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	280.000,00	1,24
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	3.618.546,46	16,00
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.256.691,81	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	1.583.114,07	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
	<p>1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis - SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2018, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.547 de 14 de novembro de 2017 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2018", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 20.210.000,00 (vinte milhões e duzentos e dez mil reais).</p> <p>3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos: a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47); b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48); c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80); d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77); e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72); f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31);</p>

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2018

Período de referência: 3º quadrimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	<p>g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54); h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08); i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73); j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03); k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).</p> <p>4. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>5. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/.</p> <p>6. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".</p> <p>7. Houve apenas uma operação de crédito efetiva registrada sob o nº 2018 000301 com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, no valor de R\$ 280.000,00. Sendo a única dívida consolidada do Município.</p> <p>8. Houve ainda a celebração de um contrato registrado sob o nº 0418-349-0000001 com a Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$ 226.269,00. Contudo a operação de crédito não foi efetivada em 2018.</p>

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a)-(b+c+d+e)-f	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	De Exercícios Anteriores (b)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.441.511,48	0,00	179.951,43	2.591,98	0,00	0,00	1.258.968,07	413.473,48	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	40.041,32		6.246,77	700,00			33.094,55	33.094,55	
Transferências do FUNDEB 60%							0,00		
Transferências do FUNDEB 40%	14.926,78						14.926,78		
Outros Recursos Destinados à Educação	19.022,91						19.022,91		
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	159.226,21		2.338,21				156.888,00	145.388,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	583.530,96		509,29	424,00			582.597,67	152.028,25	
Recursos Destinados à Assistência Social	118.834,66		282,62				118.552,04	7.039,96	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário							0,00		
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro							0,00		
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)							0,00		
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	90.890,73			1.467,98			89.422,75	11.500,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	415.037,91		170.574,54				244.463,37	64.422,72	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	794.315,32	0,00	83.674,37	0,00	37,96	0,00	710.602,99	86.548,56	0,00
Recursos Ordinários	794.315,32		83.674,37		37,96		710.602,99	86.548,56	
Outros Recursos não Vinculados							0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	2.235.826,80	0,00	263.625,80	2.591,98	37,96	0,00	1.969.571,06	500.022,04	0,00

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores 31/12/2018
<p>Notas Explicativas</p> <p>1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis – SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2018, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.547 de 14 de novembro de 2017 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2018", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 20.210.000,00 (vinte milhões e duzentos e dez mil reais).</p> <p>3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos: a) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48); b) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80); c) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77); d) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72); e) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31); f) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54); g) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08); h) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73); i) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03); j) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e k) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).</p> <p>4. Não são apresentados dados desse demonstrativo do órgão: a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);</p> <p>5. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>6. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/.</p> <p>7. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".</p> <p>8. Luzerna utiliza um maior desmembramento das fontes apresentadas neste demonstrativo, conforme demonstrado no quadro abaixo, onde: a) Coluna Luzerna, o código utilizado pelo Município; b) Coluna TCE/SC, o código equivalente no Tribunal de Contas do Estado ao utilizado pelo Município; c) Coluna TCE/SC, o código equivalente na Matriz de Saldos Contábeis ao utilizado pelo Município; d) Coluna Saldo Bancário, a disponibilidade bruta de caixa; e) Coluna obrigações, o somatório de todos os restos a pagar processados e não processados, do exercício e de exercícios anteriores, bem como outras obrigações financeiras; f) Coluna disponível, o saldo que será utilizado no próximo exercício como superávit financeiro.</p> <p>Luzerna TCE/SC MSC Descrição Saldo Bancário Obrigações Disponível 000 00 1 Recursos Ordinários 794.315,32 170.260,89 624.054,43 001 01 111 Recursos de Impostos e Transf. - Educação 40.041,32 40.041,32 0,00 002 02 211 Recursos de Impostos e Transf. - Saúde 159.226,21 159.226,21 0,00 007 07 610 CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico 8,13 0,00 8,13 008 08 620 COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública 20.725,88 20.169,00 556,88 009 09 990 FIA Imposto de Renda 1.664,98 0,00 1.664,98 010 10 630 Convênio de Transito – Militar 63.871,35 9.771,90 54.099,45 011 11 630 Convênio de Transito – Civil 191.264,75 6.546,98 184.717,77 012 12 630 Convênio de Transito – Prefeitura 41.918,45 4.801,70 37.116,75 018 18 112 FUNDEB 60% 0,00 0,00 0,00 019 19 113 FUNDEB 40% 14.926,78 0,00 14.926,78 020 00 990 Corpo de Bombeiros 55.822,11 1.757,63 54.064,48 021 00 990 Rádio Patrulha 38.054,59 3.618,62 34.435,97 022 06 990 Fundo do Meio Ambiente 2.430,21 0,00 2.430,21 036 36 120 Salário Educação 27.736,96 362,18 27.374,78 039 39 530 FEP - Fundo Especial do Petróleo 11.709,27 0,18 11.709,09 089 89 930 Alienações não vinculadas a Saúde e Educação 22.390,67 1.467,98 20.922,69 101 62 125 Transporte Escolar do Estado 4.867,31 0,00 4.867,31 111 37 122 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar 4.304,98 0,00 4.304,98 112 37 123 PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar 3.659,05 0,00 3.659,05 113 37 124 Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches 388,05 0,00 388,05 115 37 124 Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil 45,75 0,00 45,75 122 00 990 Educação para o mundo do trabalho 5.757,77 0,00 5.757,77 088 88 930 Alienações vinculadas a Saúde 11.500,00 11.500,00 0,00 201 63 220 CIR - Comissão Intergestores Regional da Saúde 7.447,97 0,00 7.447,97 202 67 213 Cofinanciamento 6.904,48 0,00 6.904,48 203 38 214 Saúde Bucal 4.460,00 0,00 4.460,00 204 38 214 PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde 12.833,75 0,00 12.833,75 205 38 214 ESF – Estratégia Saúde da Família 14.260,00 0,00 14.260,00 206 38 214 PAB - Piso da Atenção Básica 2.328,21 146,66 2.181,55 208 38 214 PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade 54.361,72 424,00 53.937,72 209 38 214 NASF Federal 8.000,00 0,00 8.000,00 210 38 214 Saúde na Escola 7.721,21 0,00 7.721,21 211 67 213 MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante 1,24 0,00 1,24 212 38 214 Vigilância em Saúde 727,39 0,00 727,39 213 38 214 Vigilância Epidemiológica 1.014,19 0,00 1.014,19 214 38 214 Farmácia Básica União 7.148,08 60,00 7.088,08 215 67 213 Farmácia Básica Estado 3.539,19 0,00 3.539,19 217 38 214 Plantas Mediciniais – Custeio Fitoterápico 10.438,11 0,00 10.438,11</p>	

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

Notas Explicativas	Valores	
	31/12/2018	
	218 38 214 Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	88.937,05 0,00 88.937,05
	219 67 213 Gestão do SUS	52,12 0,00 52,12
	220 67 213 MAC União – Média e Alta Complexidade	1.113,73 0,00 1.113,73
	221 67 213 NASF Estadual	2.000,00 0,00 2.000,00
	222 67 213 MAC Estadual – Demais Repasses	28,12 0,00 28,12
	224 38 214 Programa de Alimentação e Nutrição (VAN)	6.165,96 0,00 6.165,96
	225 38 214 Próteses Dentárias	92.745,45 9.000,00 83.745,45
	226 38 214 PAB - Incremento temporário Emendas Individuais	1.361,77 1.256,28 105,49
	227 67 213 Prótese Dentária Estadual	1.600,00 0,00 1.600,00
	502 38 214 Emenda Equipamentos UBS	44.074,60 44.074,60 0,00
	504 38 215 Aquisição Ambulancia Tipo A	80.000,00 80.000,00 0,00
	505 38 215 Aquisição Kit Odontológico	7.346,62 6.500,00 846,62
	507 38 214 Educação e Formação em Saúde	5.420,00 0,00 5.420,00
	508 38 215 Emenda Cesar Souza	100.000,00 0,00 100.000,00
	302 35 311 Acessuas	19,13 0,00 19,13
	305 35 311 BPC na Escola (Benefício da Prestação Continuada)	92,00 0,00 92,00
	307 65 390 Benefícios eventuais	1,65 0,00 1,65
	308 65 390 Proteção Social Básica - Custeio	14.608,82 282,62 14.326,20
	309 35 311 GBF - Índice Gestão Bolsa Família	15.869,26 1.798,13 14.071,13
	310 65 390 Proteção Social Básica - Investimento	15.392,75 3.411,89 11.980,86
	311 35 311 BL GSUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social	9.818,60 1.829,94 7.988,66
	312 35 311 BL PSB - Proteção Social Básica - União	6.008,55 0,00 6.008,55
	350 06 990 Doações ao Fundo do Idoso	23,84 0,00 23,84
	360 89 930 Fundo de habitação - receita de alienações	57.000,06 0,00 57.000,06
	506 34 510 Convênio recapeamento nº 846524/2017	28.331,29 187.969,07 -159.637,78
	TOTAL	2.235.826,80 766.277,78 1.469.549,02
	9. A insuficiência financeira do recurso 506 Convênio recapeamento nº 846524/2017, é devido a inadimplência da União para com o Município oriunda do Convênio MCidades 846524/2017 - Processo 1041314-00/201 - SICONV 0179542017, no valor de R\$ 195.968,11, registrado na conta 1.1.2.3.3.00.00.02 – Convênios com a União para área de Infraestrutura.	
	10. Entre os restos a pagar não processados inscritos em 31/12 encontram-se empenhos estimativos, cujo o valor da despesa é conhecido somente no próximo exercício, como faturas de energia elétrica e telefone.	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre	
	Valor Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida	-	
Receita Corrente Líquida		22.615.915,35
Receita Corrente Líquida Ajustada		22.515.915,35

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.909.504,36	48,45
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	12.158.594,29	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	11.550.664,57	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.942.734,86	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-2.426.371,32	-2.515.517,50	-1.903.101,23
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.548.550,08	25.757.515,58	27.139.098,42

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias de Valores	-	-	-
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.500.567,52	4.722.211,19	4.975.501,38

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	280.000,00	1,24
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.618.546,46	16,00

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2018
Período de referência: 3º quadrimestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.583.114,07	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	500.022,04	1.969.571,06

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	<p>1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis – SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2018, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.547 de 14 de novembro de 2017 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2018", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 20.210.000,00 (vinte milhões e duzentos e dez mil reais).</p> <p>3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos: a) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48); b) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80); c) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77); d) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72); e) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31); f) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54); g) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08); h) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73); i) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03); j) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e k) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).</p> <p>4. Não são apresentados dados desse demonstrativo do órgão: a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);</p> <p>5. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>6. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/.</p> <p>7. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".</p> <p>8. O Município não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.</p> <p>9. Para a Receita Corrente Líquida, informamos que durante o exercício de 2018, o Município registrou a arrecadação R\$ 621.647,13, a título de Restituição de despesas de exercícios anteriores, proveniente de compensação de tributos pagos ao INSS, indevidamente calculados durante os exercícios de 2013 a 2018 em função da utilização do RAT (Risco Ambiental do Trabalho), tal receita que integra a Receita Corrente Líquida possui caráter temporário e não mais ocorrerá em outros exercícios.</p> <p>10. Devido ao aumento da Receita Corrente Líquida, o Município considera cautelarmente o percentual de 49,83% para sua despesa de pessoal do Poder Executivo.</p> <p>11. Houve apenas uma operação de crédito efetiva registrada sob o nº 2018 000301 com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, no valor de R\$ 280.000,00. Sendo a única dívida consolidada do Município.</p> <p>12. O Município não concedeu ou recebeu garantias</p>

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.